

## ENSAIO TEÓRICO SOBRE OS CICLOS POLÍTICOS-ELEITORAIS-ORÇAMENTÁRIOS

Gleydson Wilson Santos de Sousa  
*Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA*  
[gleydson.wil@gmail.com](mailto:gleydson.wil@gmail.com)

**Resumo:** A Teoria dos Ciclos Políticos tem origem na busca por relacionar economia, política e eleição e ajudar a explicar como os governantes são levados a agir por seus próprios interesses diante de uma eleição. A partir desse cenário, a presente pesquisa tem como objetivo identificar a evolução da influência dos ciclos políticos-eleitorais na condição financeira e de atuação do estado em políticas públicas a partir dos contextos da literatura internacional e nacional. A partir disso, conclui-se que as pesquisas em caráter nacional e internacional que investigam os ciclos político-orçamentários têm direcionado seus esforços em identificar a existência de manipulações por meio da análise de categorias específicas da política orçamentária, evidenciando principalmente as categorias da despesa pública como o modelo feito por Rogoff (1990). Contudo, foi identificado poucos estudos que analisam a influência dos fatores políticos e ideológicos na eficiência dos gastos sociais e na promoção do desenvolvimento local, como em alteração de indicadores como a taxa de escolaridade, expectativa de vida e na renda familiar que são indicadores caros para grupos políticos se perpetuarem no poder.

**Palavras Chaves:** Ciclos Políticos-Eleitorais-Orçamentários. Teoria Política. Finanças Públicas

### **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS):**

8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico

## 1. INTRODUÇÃO

Os primeiros modelos empíricos relacionados à Teoria dos Ciclos Políticos foram formulados a partir da década de 1970 com o estudo de Nordhaus (1975), identificou que os governantes interferem na economia para reduzir o desemprego as vésperas das eleições e aplicam medidas corretivas após o pleito para reduzir o efeito inflacionário gerado pelas ações oportunistas.

Rogoff (1990) baseando-se em Nordhaus (1975), apresentou um modelo de ciclo político no qual a manipulação oportunista não ocorre em variáveis macroeconômicas e sim em variáveis fiscais facilmente perceptíveis pelos eleitores, capazes de sinalizar competência e aumentar a chance de sucesso do gestor nas eleições, a partir de um modelo proposto pelo autor, diversas pesquisas internacionais identificaram a presença de ciclos políticos em variáveis fiscais em diversos países, estados e municípios.

As pesquisas ainda apontam diversos fatores condicionantes à ocorrência e intensidade dos ciclos político-orçamentários, tais como: anos de democracia, nível de desenvolvimento, qualidade institucional, eleitores informados, nível de transparência, presença de regras fiscais rígidas, questões político partidárias, entre outras (Downs, 1957; Queiroz, 2015; Baldissera; Costa; Dall'Asta; Fiirst, 2019). A partir desse cenário, a presente pesquisa tem como objetivo identificar a partir a influência dos ciclos políticos-eleitorais na condição financeira e na atuação do estado em políticas públicas a partir dos contextos da literatura internacional e nacional, contribuindo academicamente por demonstrar a evolução da pesquisa de ciclos políticos – orçamentários no contexto internacional, porém dando ênfase principalmente no contexto nacional.

Na próxima seção, será demonstrado brevemente a evolução da pesquisa de Ciclos Políticos-Orçamentários no contexto da literatura internacional e nacional, evidenciando seus objetivos e os respectivos achados da pesquisa, assim como, quando possível os métodos abordados.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Teoria dos Ciclos Políticos tem origem em relacionar a situação econômica e a teoria política e ajudar a explicar como os governantes são levados a agir por seus próprios interesses diante de uma eleição (Kalecki, 1943). As discussões teóricas sobre ciclos políticos surgiram de estudos iniciais que observaram como as democracias eram submetidas a recessões econômicas incentivadas por líderes empresariais, demonstrando que uma economia em pleno emprego não seria conveniente para o empresariado, pois com a alta demanda haveria uma pressão dos trabalhadores por melhores salários e condições de trabalho (Kalecki, 1943).

Akerman (1947) investigou a relação entre desempenho econômico e resultados eleitorais em países europeus, entre o século XIX e meados do século XX, apontando como resultados, evidências de que existe relação entre a melhoria ou redução dos indicadores econômicos de acordo com os resultados eleitorais. Downs (1957), a partir da formulação da teoria econômica da democracia, constatou uma forte relação entre períodos de prosperidade e crises econômicas com os resultados eleitorais e com isso, buscando a explicar as decisões tomadas por governantes durante o ciclo eleitoral.

Com os estudos de Nordhaus (1975), a teoria dos ciclos políticos ganhou modelos econométricos que buscaram explorar a relação entre economia, política e eleição, avaliando a relação entre ciclos políticos e variações nas taxas de desemprego e inflação em um cenário de aproximação das eleições, os candidatos governantes manipulam os instrumentos de política

econômica com medidas populares, altamente do interesse dos eleitores a fim de conseguir suas reeleições ou a manutenção do seu partido no poder. Após o período eleitoral, os candidatos reeleitos adotam medidas que revertem as consequências da política econômica implementada no período eleitoral (Nordhaus, 1975).

As pesquisas de Hibbs (1977) introduziram na teoria dos ciclos políticos a ideia de que os eleitores possuem uma ideologia partidária. Os estudos revelaram que os partidos de ideologia de direita dão maior ênfase ao controle fiscal e da inflação, ou seja, se importando com a redução do déficit público e a estabilidade em detrimento da manutenção de empregos da população, enquanto os partidos de ideologia de esquerda, sendo historicamente representantes das classes mais baixas, são mais inclinados a uma política de expansão do gasto público por meio de políticas distributivas para diminuir as taxas de desemprego, nesse sentido, para o autor cada governante prioriza a ideologia prioritária da sua base eleitoral. Alesina (1987) identificou, com base em dados do governo dos Estados Unidos, que os partidos políticos chegam ao poder com determinadas prioridades que refletem diretamente os interesses da base eleitoral que o elegeu.

Rogoff e Sibert (1988) formularam a ideia na qual os instrumentos de política fiscal são utilizados para avaliar a competência do gestor, destacando-se que a existência de assimetrias informacionais e a compreensão limitada dos eleitores na leitura dos relatórios fiscais possibilitam a distorção da política fiscal pré-eleitoral, ocorrendo a partir do aumento das despesas públicas ou a partir de uma renúncia de receita tributária. Contudo, a partir da década de 1990, com o modelo denominado *Political Budget Cycle*, formulado por Rogoff (1990), constatou-se que as manipulações políticas eram mais fortes em variáveis fiscais. A partir disso, passou-se a ponderar a possibilidade de manipulações em impostos e despesas públicas.

Após avaliar as pesquisas anteriores sobre ciclos políticos e política fiscal, Drazen (2001) elaborou um modelo que considerou as variáveis das políticas monetárias e fiscal, no qual, ele evidenciou que os modelos de manipulação da política fiscal se mostraram mais consistentes do ponto de vista teórico e empírico. A partir deste modelo, Drazen e Eslava (2005) verificaram que nos municípios da Colômbia, em cenário pré-eleitoral, houve alterações na composição dos gastos em despesas direcionadas combinadas com uma contração em outros tipos de despesas e que estas alterações tiveram sucesso eleitoral.

Neste mesmo sentido, Veiga e Veiga (2009) observaram este fenômeno acontecendo em municípios portugueses, no qual, no período pré-eleitoral os governos locais transferiam recursos para itens das despesas que tivessem maior visibilidade para o eleitorado, no sentido de aumentar as chances eleitorais. Schneider (2010), estudou a ocorrência no contexto alemão e os resultados indicaram que nas unidades federativas os partidos no poder evitam aumentar as despesas totais nos períodos que antecedem as eleições. Contudo, existe um deslocamento da composição dos gastos públicos em direção aos gastos mais perceptíveis pelos eleitores.

Outras pesquisas internacionais apontam que a alteração na composição dos gastos públicos ocorre em direção aos investimentos (principalmente em obras de infraestrutura), uma vez que consistem em gastos finais capazes de melhorar a imagem dos gestores (Brender, 2003; Drazen, 2008; Drazen & Eslava, 2010). Contudo, em países em desenvolvimento, Vergne (2009) evidenciou que o deslocamento de recursos é principalmente para gastos correntes visíveis como despesa com pessoal e subsídios governamentais, a partir de dados dos governos locais de 42 países em desenvolvimento entre 1975 e 2001.

De modo geral, a literatura internacional aponta para a existência de manipulação fiscal, em países desenvolvidos, apenas na composição dos gastos públicos. Essa observação deve-se à postura de conservadorismo fiscal em relação às mensurações das categorias dos gastos

públicos em períodos eleitorais. Nesse sentido, no contexto internacional de países desenvolvidos, a ocorrência de déficits fiscais ou aumento do endividamento em anos eleitorais reduz a probabilidade de recondução do grupo político ao poder (Brender, 2003; Brender; Drazen, 2008).

Sakurai (2005), seguindo o raciocínio presente em Rogoff (1990), buscou evidências de ciclos orçamentários nos municípios paulistas entre os anos de 1989 a 2001. Por meio de modelos de regressão, nos quais a variável de interesse é a *dummy* que indica se o ano é eleitoral, a pesquisa identificou impulsos positivos na despesa orçamentária em anos eleitorais. Em 2009, o autor investigou o fenômeno nas funções orçamentárias dos municípios, resultado que é observado mais expressivamente em algumas funções, como saúde, saneamento, assistência e previdência (variação aumentativa), habitação e urbanismo e transportes (variação diminutiva).

Carvalho e Oliveira (2009) ao analisar o comportamento das prefeituras fluminenses a fim de detectar os comportamentos cíclicos nos gastos públicos e sua relação com o calendário eleitoral, indicaram que os prefeitos realizam superávits financeiros nos anos anteriores às eleições com a finalidade de descarregar esse excesso no ano eleitoral. Sakurai e Menezes (2011) baseando-se em Hibbs (1977), demonstram um aumento nos gastos totais e correntes e uma redução nos investimentos, nas receitas tributárias e no resultado orçamentário em anos eleitorais, assim como, que a ideologia partidária exerce influência relativa sobre o desempenho das contas públicas.

Vicente e Nascimento (2012) investigaram de que forma as manipulações fiscais com fins eleitorais, caracterizadas por indicadores obtidos das demonstrações contábeis, exercem influência na recondução de um governante e/ou de seus aliados políticos ao mesmo cargo no mandato seguinte. As evidências revelaram que maiores gastos com investimentos elevam a probabilidade de recondução dos partidos políticos, em consonância com o estudo de Queiroz (2015), o qual revelou que os municípios cujos partidos foram reconduzidos gastaram percentuais maiores da despesa orçamentária com investimentos e menores com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes.

Algumas pesquisas evidenciaram os fatores políticos e eleitorais nas dotações orçamentárias de investimento público. Gonçalves, Funchal e Bezerra Filho (2017), se baseando em Hibbs (1977), avaliaram que os ciclos políticos em conjunto com viés ideológico impactam as decisões de alocação de recursos públicos em investimentos de infraestrutura nos estados brasileiros, apontando que partidos de esquerda e de centro tendem a investir mais em infraestrutura em períodos pré-eleitorais se comparados com partidos de direita. Essa evidência, contribui para a literatura evidenciando que ciclos podem ser mais influenciados dependendo do partido que está governando.

Morais, Queiroz e Souza (2019) analisou a influência de fatores políticos sobre o Índice de Gastos com Pessoal (IGP) definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Utilizou-se, como fatores políticos, três variáveis, descritas pela literatura, capazes de influenciar variáveis fiscais: o ano eleitoral, a mudança de prefeitos e o mandato eleitoral. Neste sentido, a pesquisa conclui que, apesar da presença de regras fiscais, existe influência dos ciclos político-orçamentários na despesa com pessoal.

Baldissera, Costa, Dall'Asta e Fiirst (2019) analisaram a influência das características políticas e eleitorais sobre a abertura de créditos adicionais nos municípios do Paraná, no ciclo político de 2013 a 2016. A amostra deste estudo abrangeu 377 municípios paranaenses cujos dados estavam disponíveis nos anos de 2013 a 2016. A pesquisa concluiu que as variáveis ano eleitoral, mandato eleitoral, ideologia política, alinhamento partidário e o tamanho populacional exercem influência positiva e significativa na abertura de créditos adicionais pelos municípios

paranaenses. Já a variável mudança de gestor público influencia de forma negativa na abertura de créditos adicionais.

Queiroz, Morais, Souza e Silva (2019) averiguaram a influência do mandato eleitoral sobre os gastos públicos dos governos estaduais brasileiros. A pesquisa concluiu que o comportamento oportunista se percebendo uma alteração na composição dos gastos públicos em direção aos investimentos nos períodos eleitorais nos estados cujos governadores estão em primeiro mandato, como apontado pela literatura.

Fiirst, Santos, Junior e Zonato (2019) verificaram a influência de características políticas no desempenho financeiro dos municípios paranaenses, revelando-se que o ano eleitoral influencia positivamente o desempenho financeiro, porém tal relação é negativa em períodos em que ocorre mudança de gestor, sendo um importante achado para literatura em contraposição aos achados anteriores referente a outros entes federativos.

Bartoluzzio e Anjos (2020) analisaram como incentivos político-eleitorais influenciam a gestão fiscal dos municípios brasileiros e seus desdobramentos nos resultados eleitorais. Sendo os achados, que apesar dos partidos com recondução sinalizarem melhores níveis na condição fiscal, no período pós-eleitoral as médias se retraem para patamares inferiores ao alcançado pela gestão no início do primeiro mandato. Portanto, embora indiquem melhores condições fiscais em anos eleitorais, o efeito da sinalização se inverte no ano seguinte. Como o impacto das decisões da gestão não estará disponível para o eleitorado imediatamente no período eleitoral, os políticos podem utilizar de estratégias fiscais para evitar que o equilíbrio fiscal seja prejudicado nos momentos estratégicos e postergar o desembolso para o ano pós-eleitoral, decisão que não prejudicaria a gestão fiscal atual e o recebimento de votos.

Santos, Frare, Quintana e Fernandez (2020) analisaram se há diferenças significativas nos gastos públicos dos Senadores entre o primeiro e último ano de mandato, a partir de uma abordagem quantitativa do problema, observou que a maior parte dos gastos públicos analisados não demonstra diferença significativa em relação ao mandato em que os senadores estão exercendo. Apesar dos senadores que exercem o primeiro mandato apresentarem maior média de gastos, para aluguel e serviços, estes dois gastos são significativamente maiores para os senadores que atuam no segundo mandato.

Silva e Freire (2021) verificaram em que extensão as práticas de accounting gimmicks afetam as políticas fiscais e a execução dos gastos sociais durante os ciclos políticos eleitorais, os achados permitiram corroborar que há uma relação positiva entre as regras fiscais rígidas e as práticas de accounting gimmicks. Ainda foi possível constatar que situações de elevados índices de dependência financeira e de oportunismo político para reeleição são impulsionadores nas ocorrências dessas manipulações (accounting gimmicks).

Baldissera e Araújo (2021), analisaram a influência do ano eleitoral, mudança de gestor público e mandato eleitoral sobre o endividamento dos estados brasileiros, os resultados sugeriram que não existe determinação do endividamento em função do ano eleitoral, da mudança do gestor público e do mandato eleitoral. Entretanto, aspectos demográficos e ideológicos mostraram relação significativa.

Bartoluzzio, Martins, Queiroz e Miranda (2021), analisaram o comportamento da eficiência na aplicação dos recursos públicos em educação a partir dos ciclos políticos. Verificando-se que os partidos reconduzidos apresentaram melhores níveis de eficiência, além de uma correlação positiva entre os percentuais observados no ano eleitoral e os resultados obtidos nas urnas, sendo a educação uma área relevante para entender a recondução dos partidos políticos e os incentivos político-eleitorais.

Santos, Wakim e Fernandes (2021) avaliaram se os ciclos políticos geram impactos na alocação de recursos públicos em educação, saúde e investimentos de infraestrutura (obras e instalações) nos municípios do Estado de Minas Gerais, os resultados apontaram a existência de influência do ciclo eleitoral na aplicação de recursos públicos com aumento de gastos em anos eleitorais e retração em anos pós-eleitorais nos municípios, fato bastante evidenciado nas despesas com obras e instalações, as mais visíveis para a população.

Rocha, Araújo e Brunozi Júnior (2021) avaliaram a interveniência de aspectos orçamentários, políticos e socioeconômicos na reeleição de gestores e na recondução de partidos nos municípios brasileiros, observaram que a probabilidade de reeleição do gestor municipal ou a recondução do seu partido ao cargo é influenciada por fatores relacionados aos eleitores que premiam aqueles prefeitos que realizam mais investimentos municipalmente, melhorando a qualidade de vida populacional, que possibilitam a minimização das desigualdades através da transferência direta de renda e que tenham maiores chances de estabelecimento de cooperação entre as demais esferas de governo por meio do alinhamento partidário.

Zuccolotto, Johanson, Louzada e Suzart (2022) partiram da premissa de existência da primazia da gestão fiscal sobre o planejamento a partir da importação do modelo de gestão neoliberal, este trabalho investigou a relação entre a gestão fiscal e o planejamento nos estados brasileiros. Os resultados evidenciaram a existência de efeitos positivos entre gestão fiscal e planejamento nos entes analisados, corroborando com a literatura que afirma que no Brasil, o orçamento governamental (gestão), passou a definir os investimentos (planejamento). Adicionalmente, ao controlar as subamostras por ciclos políticos, os modelos sugerem existir maiores investimentos nos períodos pré-eleitorais, sendo o efeito reduzido nos dois anos seguintes, evidenciando um gerenciamento temporal da alocação de recursos para investimento.

Dessa forma, para os autores, o planejamento deixou de ser um processo estratégico, não mais se direcionando à implementação de políticas que poderiam promover o desenvolvimento dos entes estatais, passando a preocupar-se, apenas ao cumprimento de metas fiscais de curto prazo, as quais condicionariam os investimentos, ocasionando com mais frequência a elaboração orçamentária afastada do planejamento, apesar da legislação que estabelecer que deverá haver uma coordenação e consistência entre os orçamentos e o planejamento.

Barcellos, Nascimento e Viotto (2023), avaliaram se o processo eleitoral em Municípios Cearenses é capaz de exercer influência sobre a execução da despesa pública orçamentária a partir do uso de regressão linear com a utilização de outras variáveis que podem estar associadas a Teoria dos Ciclos Políticos Eleitorais (variável dependente: reeleição; variáveis independentes: despesa com investimento, operações de crédito, restos a pagar, transferências voluntárias, resultado orçamentário, geração de caixa. IDEB, IDHM e alinhamento político federal), para aferir a existência de ciclos político-orçamentários. as variáveis independentes foram confrontadas, individualmente, com a variável dependente reeleição, tendo sido consideradas significativas somente as de saldo de restos a pagar processados, operações de crédito e despesas com investimento.

Araújo, Queiroz e Paulo (2023) analisaram o efeito dos ciclos políticos eleitorais sobre o gerenciamento de resultados orçamentários por meio de restos a pagar nos municípios brasileiros, embasado na teoria da agência, da legitimidade e do gerenciamento de impressão no ambiente governamental, os resultados evidenciaram accruals orçamentários discricionários positivos nos anos imediatamente anteriores aos pleitos democráticos e sua reversão – accruals

orçamentários discricionários negativos – em anos eleitorais, perfazendo o ciclo eleitoral orçamentário. Além disso, demonstra-se que os gestores em primeiro mandato estão mais inclinados a ingressar nesse tipo de prática, motivados pelas chances de sua recondução ao cargo, a despeito do sucesso no pleito. Essa evidência é ratificada, tendo em vista a não observância de níveis significativos dessa prática no segundo mandato.

Robinson, Larrauscaim, Freitas e Perozo (2024), a partir de uma lacuna na literatura, na qual não foram identificados estudos que relacionam ideologia, ciclos políticos e emissões CO2 para o Brasil, os autores analisaram o impacto da ideologia dos prefeitos e das eleições municipais nas emissões de poluentes dos municípios brasileiros, sendo reunidas informações para 5.434 municípios que abrangem o período 2000-2019. Os achados indicam que prefeitos de esquerda e direita estão associados à redução das emissões de CO2. Contudo, no ano eleitoral, os prefeitos em exercício estão associados à maior emissão de poluentes nos municípios, mostrando a necessidade de que a sociedade monitore não apenas finanças públicas, mas também as consequências das ações políticas sobre o meio ambiente durante o pleito eleitoral.

### 3. DISCUSSÃO E RESULTADOS

Como exposto anteriormente, as pesquisas internacionais apontam que a alteração na composição dos gastos públicos ocorre em direção aos investimentos (principalmente em obras de infraestrutura), uma vez que consistem em gastos capazes de melhorar a imagem dos gestores. Por outro lado, despesas de custeio sofreram reduções significativas (Drazen e Eslava, 2010). A literatura revela que, no período que antecede às eleições, algumas despesas de capital sofrem aumentos significativos por serem mais atrativas eleitoralmente (Drazen e Eslava, 2010; Veiga e Veiga, 2007).

A partir disso, as pesquisas que investigam os ciclos político-orçamentários no Brasil têm direcionado seus esforços em identificar a existência de manipulações por meio da análise de categorias específicas da política orçamentária, evidenciando principalmente as categorias de receita e despesa pública, principalmente se baseando em indicadores de desempenho fiscal, fixados na Lei de Responsabilidade Fiscal ou em outras regras orçamentárias, como o modelo feito por Rogoff (1990). A partir dos achados na literatura, é possível visualizar que o interesse das pesquisas nacionais sobre o tema tenha a influência do contexto de crise fiscal encontrada atualmente no país, principalmente nos entes nacionais como a União, os maiores estados da federação, como Minas Gerais e Rio de Janeiro e na grande maioria dos municípios.

Nesse contexto, ocorreram poucas pesquisas que analisam a influência dos fatores políticos e ideológicos na eficiência dos gastos sociais e na promoção do desenvolvimento local, como em alteração de indicadores como a taxa de escolaridade, expectativa de vida e na renda familiar que são indicadores caros para grupos políticos se perpetuarem no poder. Ressaltando-se que os fenômenos analisados em um país historicamente marcado pela má distribuição de renda e desigualdades regionais nos níveis de qualidade de vida, além da alta dependência dos seus entes subnacionais (Estado e Municípios) de recursos transferidos do ente nacional (União) por conta da baixa capacidade de arrecadação pública, principalmente em municípios pequenos, o que aumenta a relevância de se ampliar a pesquisa em temas voltados para os gastos sociais.

### 4. CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo identificar a evolução da influência dos ciclos políticos-eleitorais na condição financeira e de atuação do estado em políticas públicas a partir dos contextos da literatura internacional e nacional. O estudo proposto tem por sua relevância a análise da literatura internacional e nacional, especialmente no contexto de regimes democráticos e de crescente demanda social por transparência e eficiência das políticas

públicas. A revisão bibliográfica contemplou um expressivo número de estudos, demonstrando o amadurecimento da discussão sobre ciclos políticos-eleitorais e suas implicações orçamentárias.

Sendo a contribuição do ensaio, além do mapeamento da evolução da literatura, destaca as lacunas existentes na análise dos impactos político-ideológicos sobre a eficiência dos gastos sociais e sua correlação com indicadores de desenvolvimento social e econômico, em um país historicamente marcado pela má distribuição de renda e desigualdades regionais nos níveis de qualidade de vida, além da alta dependência dos seus entes subnacionais ao ente nacional para a execução de políticas públicas, o que aumenta a relevância de se ampliar a pesquisa em temas voltados para a eficiência das políticas públicas e dos gastos sociais.

Sugere-se para as pesquisas futuras sobre ciclos políticos-eleitorais-orçamentários, em função de uma lacuna na literatura nacional, sobre a influência dos fatores políticos e ideológicos nos gastos dos entes subnacionais voltados para a área social e ambiental e utilizando como amostra as regiões brasileiras, podendo este estudo contribuir para as propostas legislativas de apoio a uma normativa de responsabilidade social aos gestores na mesma medida que as regras de responsabilidade fiscal que se tem no país atualmente. Ademais, explorar uma articulação da teoria dos ciclos políticos-eleitorais-orçamentários com as teorias da Agência e dos Stakeholders, pois elas sustentam muitas inferências sobre o comportamento oportunista dos gestores públicos.

## REFERÊNCIAS

- Afonso, a., schuknecht, l., & tanzi, v (2010). Income distribution determinants and public spending efficiency. *Journal of Economic Inequality*, 8(3), 367-389.
- Akerman, j (1947). Political economic cycles. *International Review for Social Sciences*, v. 1, n. 2, p. 107-117.
- Baldissera, j. F.; costa, r. F. S.; dall'asta, d.; first, c (2019). Influência das Características Políticas e Eleitorais Sobre a Abertura de Créditos Adicionais. *Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 22, n. 1, p. 101-117.
- Baldissera, j. F.; araujo, m. P (2021). Características Políticas e Eleitorais e o Efeito no Endividamento dos Estados Brasileiros. *Revista de Administração Pública e Gestão Social*, v. 13, n. 1, p. 1-18.
- Bartoluzzio, a. I. S. S.; anjos, l. C. M. D (2020). Ciclos Políticos e Gestão Fiscal nos Municípios Brasileiros. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 24, n. 2, p. 167-180.
- Bartoluzzio, a. I. S. S.; martins, v. G.; queiroz, d. B.; miranda, l. C (2021). Qualidade do Gasto em Educação e Ciclos Políticos: Uma Avaliação nos Municípios da Paraíba. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 26, n. 83, p. 1-21.
- Brender, a (2003). The effect of fiscal performance on local government election results in Israel: 1989-1998. *Journal of Public Economics*, v. 87, p. 2187-2205.
- Carvalho, f. A. A.; oliveira, k. V (2009). A contabilidade governamental e a teoria dos ciclos políticos: uma análise empírica fiscal e contábil sobre os municípios do Estado do Rio De Janeiro - 1998 / 2006. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, v. 3, n. 1, p. 46-64.

- Carneiro, L. M., Costa, M. C., & Peixe, B. C. S. (2021). Receita da Transferência de Convênios: Análise do Efeito Ano Eleitoral nos Municípios Brasileiros. *Revista Enfoque: Reflexão Contábil*, 40(1), 105-118.
- Dias, b. P.; nossa, v.; monte-mor, d. S (2018). O Investimento Público Influencia na Reeleição? Um Estudo Empírico nos Municípios do Estado do Espírito Santo. *Revista de Administração Pública*, v. 52, n. 5, p. 880-898.
- Downs, a (1957). An economic theory of political action in a democracy. *Journal of Political Economy*, v. 65, n. 2, p. 135-150.
- Drazen, a (2001). The political business cycle after 25 years *NBER Macroeconomics Annual*, v. 15, p. 75-138.
- Drazen, a., & eslava, m. Marcela (2010). Electoral manipulation via voter-friendly spending: theory and evidence. *Journal of Development Economics*, 92, 39-52.
- Ffirst, c.; santos, a. C. D.; rodrigues junior, m. M.; zonatto, v. C. S (2019). Características Políticas e Desempenho Financeiro Público sob a Luz da Teoria dos Ciclos Políticos. *Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, v. 17, n. 1, p. 127-144.
- Gerigk, w.; ribeiro, f (2018). Investimentos Públicos e Fatores Políticos nos Pequenos Municípios Brasileiros: O que é relevante? *Revista Universo Contábil*, v. 14, n. 4, p. 68-92.
- Gonçalves, l. G.; funchal, b.; bezerra filho, j. E (2017). A Influência dos Ciclos Políticos nos Investimentos Públicos em Infraestrutura: Um Estudo nos Estados Brasileiros no Período de 2003 a 2014. *Revista de Administração Pública*, v. 51, n. 4, p. 462-481.
- Hibbs junior., d. A (1977). Political parties and macroeconomic policy. *American Political Science Review*, v. 71, n. 4, p. 1467-1487, 1977.
- Morais, l. M. F.; queiroz, d. B.; sousa, r. G. Ciclo Político no Índice de Gasto com Pessoal: Uma Análise em Municípios Brasileiros. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 14, n. 1, p. 76-90, 2019.
- Nordhaus, w. D (1975). The political business cycle. *Review of Economic Studies*, v. 42, n. 2, p. 169-190.
- Rogoff, k. Equilibrium political budget cycles (1990). *The American Economic Review*, v. 80, n. 1, p. 21-26.
- Robinson, A. L. D. S., Larrauscaim, I. M., Freitas, C. A., & Perozo, D. (2024). Cuando los Alcaldes Contaminan: Un Enfoque de Datos de Panel a la Ideología y el Ciclo Político en los Municipios Brasileños. *Administração Pública e Gestão Social*, 16(3), 0-0.
- Peltzman, s. Voters as fiscal conservatives (1992). *The Quarterly Journal of Economics*, 107(2), 327-361.
- Queiroz, d. B (2015) *Composição dos gastos públicos e resultados eleitorais: um estudo nos municípios brasileiros*. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis da unb, UFPB e UFRN, Natal.
- Queiroz, d (2018). Influência do Ano Eleitoral, da Mudança de Gestor Público e do Mandato Eleitoral sobre Mudanças na Composição dos Gastos Públicos nos Estados

- Brasileiros. *Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, v. 8, n. 3, p. 68-77.
- Queiroz, d. B.; morais, l. M. F.; souza, a. G. S. F.; silva, v. K. R (2019). Mandatos Eleitorais e Ciclos Político-Orçamentários: Evidências dos Estados Brasileiros. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 11, n. 2, p. 232-250.
- Oliveira, T. M. G., Zonatto, V. C. S., & Martins, V. A. (2021). Gestão Fiscal Municipal: Uma Análise sob a Ótica do Federalismo Fiscal e dos Ciclos Políticos nos Governos Locais . *Administração Pública e Gestão Social*, 13(4), 1-17
- Sakurai, s. N (2005). Testando a hipótese de ciclos eleitorais racionais nas eleições dos municípios paulistas. *Estudos Econômicos*, v. 35, n. 2, p. 297-315.
- \_\_\_\_\_ (2009). Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990 – 2005 via dados em painel. *Estudos Econômicos*, v. 39, n. 1, p. 39-58.
- Santos, c. L. D.; horz, v.; frare, a. B.; quintana, a. C.; fernandez, r. N (2020). Evidências de Ciclos Políticos no Senado Federal. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, v. 8, n. 3, p. 23-36, 2020.
- Schneider, c. J (2010). Fighting with one hand tied behind the back: political budget cycles in the West German states. *Public Choice*, 142, 125-150.
- Silva, N. O., & Freire, F. S. (2021). Gastos Sociais e Accounting Gimmicks: Uma Percepção dos Ciclos Políticos Eleitorais nos Municípios do Centro-Oeste Brasileiro. *Contabilidade Vista & Revista*, 32(1), 218-246.
- Veiga, l. G., & veiga, f. J (2007). Political business cycles at the municipal level. *Public Choice*, 131, 45-64.
- Vicente, e. F. R.; nascimento, l. S (2012). A efetividade dos ciclos políticos nos municípios brasileiros: um enfoque contábil. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 6, n. 14, p. 106-126.
- Wyse, M. N. O., Machado, D. P., Gomes, D. G., & Fernandez, R. N. (2022). Influência dos ciclos políticos nos gastos públicos e seu efeito sobre a dívida pública. *Revista Gestão & Conexões*, 11(3), 55-73.
- Zuccolotto, R., Johanson, J. N. C., Louzada, L. C., & Suzart, J. (2022). A primazia da gestão fiscal sobre o planejamento nos estados brasileiros. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 16(1), 1-12.